

ATA Nº 711/2023

Iniciada a SESSÃO ORDINÁRIA de dez de abril de dois mil e vinte e três, o Presidente abriu a referida sessão: Sessão ordinária do dia 10 de 4 de 2023. Senhores vereadores, com a proteção de Deus e nos termos previstos no regimento interno desta casa, eu declaro aberta e instalada a presente sessão ordinária. Cumprimentar aqui os colegas vereadores, os assessores, a imprensa, uma saudação especial às pessoas que nos acompanham através das rádios e do Facebook. Está em discussão a ata número 709, de 2023, da sessão ordinária realizada no dia 27 de março de 2023 e da sessão extraordinária realizada no dia 3 de abril de 2023. Não havendo manifestações, coloquem em votação as atas das respectivas sessões anteriores. Quem estiver de acordo, permaneça como está. Quem for contrário, que se manifeste. Provado por unanimidade. Informativos da Câmara Municipal de Vereadores. Solicita ao secretário que efetue a leitura dos informativos. Nós recebemos agora à tarde a resposta do pedido de informação número 01, de 2023. Chegou hoje à tarde. Eu vou até fazer a leitura e aí quem precisar de uma cópia é só solicitar aqui na secretaria. Então é endereçada ao presidente da Câmara, Marcelo Corso, a resposta ao pedido de informação. Cumprimentando, vimos respeitosamente através deste responder, pedindo informação número 01, de 2023, referente à semana farroupilha do ano de 2022. Salientamos que todas as informações referentes às despesas e contratos que fornecedores estão expostas no portal de transparência, tendendo às especificações da legislação vigente. Segue também anexo demonstrativo do relatório das despesas com o referido evento. Sem mais para tratar, neste momento, estendemos nossa estima e agradecimento ao senhor presidente do município de Ibiaçá, e o vice-presidente do município de Ibiaçá, e o vice-presidente do município de Ibiaçá. Então veio o anexo aqui, todo o relatório, né? Então, o vereador que quiser ter acesso, é só solicitar que a gente entregue uma cópia para cada um. Para analisar. Também pode ser comentado na próxima sessão, né? Porque chegou agora à tarde. Quem quiser falar sobre isso, não tem problema nenhum. Dando continuidade, foi protocolado dois projetos de lei. Conforme segue abaixo, tem o projeto 18, que autoriza o Poder Executivo a realizar despesas com o projeto Natal dos Sonhos e da Outras Providências. O relator é o vereador Alcir Steffen. O projeto 19, que autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar contratação temporária de servidor em caráter emergencial excepcional da Outras Providências. O relator é o vereador Altemir Domingos Suzin. Também foi protocolado um outro projeto, excepcionalmente, hoje à tarde, em caráter de urgência, diante da necessidade e atendimento a uma tutela de urgência do Poder Judiciário para a internação de pacientes, que, entendendo da necessidade, o presidente, e da urgência, o presidente colocou já em pauta para a presente sessão, para que seja apreciada e votada hoje aqui na sessão. Tem um projeto que também, que é esse, o número 20, que autoriza o Poder Executivo a firmar contrato com a empresa Libertà Terapêutica Especializada LTDA, visando o cumprimento do despacho judicial para a reinternação compulsória com o pleito de tutela de urgência, como eu me referi no tópico. Então, o relator desse projeto é o vereador Belchior Teston. Para a ordem do dia, na pauta, temos o projeto 19, o projeto 20, e ainda uma indicação da autoria das bancadas PDT e PT, tem ainda uma moção da bancada Progressistas, representada pelo vereador Vilmar Inácio Pellin. E também, com relação ao projeto número 18, ele ficará retido, a pedido do vereador, que é o relator, o vereador Alcir

Steffani. Só listando ali, mais informações e complementares sobre o projeto, sendo deferido pelo presidente da mesa, para apreciação e votação até, pode ser na próxima sessão, dependendo da complementação do projeto. Então, foi zarado o parecer dos três projetos aqui, todos estão legal e aptos a ser votados, dois hoje e um na próxima sessão. Passo a palavra ao presidente, para que dê prosseguimento nos trabalhos. Obrigado, secretário. Grande expediente. Convoca a secretária da mesa, a vereadora Silmara, para que tome as inscrições ao grande expediente. Senhor presidente, colegas, servidores da casa, vocês que nos acompanham em suas casas, boa noite. Inscrições, grande expediente. Sessão ordinária, dia 10 de abril, 2023. Vereador Belchior Teston? Sim. Assuntos? Diversos. Vereadora Diana Germiniani? Não. Vereador Edimar Corso? Vereadora Silmara, não. Vereador Valdecir Schenatto? Sim. Assuntos? Regional de Bocha. Vereador Vilmar Inácio Pellin? Sim. Assuntos? Diversos. Vereadora Alcir Steffani? Sim. Assuntos? Emendas parlamentares. Vereadora Altemir Domingos Suzin? Não. Quatro inscrições, senhor presidente. Obrigado, secretária. Com a palavra, o vereador Belchior. Muito obrigado, presidente. Minha saudação ao senhor, saudação aos demais vereadores, a quem nos acompanha nesta casa, assessoria, você, da sua casa, que também acompanha a sessão desta noite. Acredito que este é um tema que vai permear boa parte da nossa reunião, da sessão de hoje. Que é, agora em específico, o fato que aconteceu em Blumenau, mas outros tantos semelhantes que acontecem aqui e acontecem em outros lugares também. Eu vou me permitir dividir a minha fala, até para não ser muito extensa, porque logo mais nós vamos abordá-la novamente quando será apresentada a indicação. Então, eu vou me permitir dividir a fala entre expressar a minha opinião agora, referente a este caso, e depois falar sobre o tema no âmbito local. Expressar a minha opinião a respeito, talvez muitos já deduzam ou até mesmo já saibam o que eu penso a respeito, mas primeiro dizer que é um fato duplamente repugnante. O primeiro é pelo fato em si. E isso não é segredo para ninguém e isso, creio eu, todos nós pensemos da mesma forma. Pela covardia, pela situação, pela forma como é praticada, como foi praticada em Blumenau, na escola, e como costuma ser praticado nesses ambientes, locais de vítimas indefesas, locais onde a probabilidade de ter alguém ali que possa repelir uma injusta agressão é praticamente nula. E eu prometo que eu não vou voltar aqui naquela retórica da liberdade de defesa pessoal, não vou tratar esse assunto. Mas nós temos uma inversão de valores hoje gigante no Brasil, e a nossa legislação penal é absurdamente frouxa. E infelizmente não há um horizonte que a gente possa imaginar de realmente transformar a nossa legislação penal em algo mais rígido. Porque isso vem lá da nossa constituição cidadã de 1988, cheia de direitos e regalias e pouquíssimas, pouquíssimas responsabilizações. Então hoje, por mais que se queira, por mais que digamos que o congresso tenha um gesto de boa vontade e de trazer algum tipo de pena mais robusta, vamos imaginar uma prisão perpétua, por exemplo? A constituição não permite. E sequer permite que ela seja alterada. Então se nós quisermos imaginar uma alteração nesse sentido, nós temos que convocar uma nova constituinte. Nós temos que criar uma nova constituição e olha lá se ainda as regras de direito internacional que regem os direitos humanos não vão impedir que se inove a constituição, ou melhor, que se crie uma nova constituição trazendo penas mais duras. Pena perpétua sim, e por que não, em casos extremos, pena de morte. E aqui eu vou fazer uma observação que eu já fiz internamente no grupo aqui de vereadores, e que dificilmente alguém fala isso abertamente porque não é politicamente correto. Mas se me permitem, uma forma de eliminar talvez quase que 100% esse tipo de prática, é pegar um indivíduo desse, amarrar ele, colocar no local mais movimentado da cidade e deixar que a população resolva. Tenho certeza que não vai mais acontecer feito uma nada de um se sentir motivado pelo

outro. Porque o exemplo desse um, da população realmente tomando a atitude que tem que ser tomada, e dando a um cara desses o que ele merece, não vem me dizer de surto psicótico, pelo amor de Deus. Deixa ele com a população em surto, para ele ver o que é bom. E eu tenho certeza que um exemplo só serviria para tantos outros serem evitados. Mas, não podemos. Deus o livre, ou Deus livre a polícia, se porventura um homem desse escapa da mão da polícia, e a população pega, o Estado ainda responde. Por omissão, por não ter protegido. Então, há uma inversão absurda de valores, e que infelizmente as pessoas acabam, esse tipo de pessoa, se é que pode ser chamada assim, se sente com a liberdade de fazer o que quer, porque depois ele alega que não estava bem psicologicamente, a justiça dá a ele uma internação, como é que chama doutor? Uma absolvição imprópria, ele vai para um hospital psiquiátrico, depois de um ano ele está curado. Então, infelizmente, reitero, a nossa legislação é muito frouxa nesse sentido. E eu disse que era duplamente repugnante, o primeiro pelo fato em si, e o segundo, por uma tentativa de politizar um fato desse tipo. Já não é triste o suficiente, já não é, perdão da palavra, mas já não é nojento o suficiente, e ainda a gente vê jornalista, imprensa, político, tentando transformar este fato em um palco político. Uma matéria da agência Brasil, e eu vou citar só esse exemplo, porque a agência Brasil é estatal, então hoje ela tem na sua direção alguém indicado pelo governo federal. A matéria diz o seguinte, abre aspas, segundo pesquisadores ouvidos pela agência Brasil, claro que esses pesquisadores são aqueles que reforçam a narrativa que eles querem, esses casos, como o caso do Blumenau, devem ser classificados como extremismo de direita. Ora, quem é de esquerda não faz isso, só quem é de direita. Pois envolvem cooptação de adolescentes por grupos neonazistas, alguém explica pra essa gente que nazismo e direita não dá certo? Porque nazismo, vamos pensar lá no Hitler, totalitário, desarmamentista, acreditava que o poder tinha que ficar centrado no Estado, isso não é direita. Mas tudo bem, vamos seguir. Só mais um pouco, presidente, eu prometo que eu já encerro. Por grupos neonazistas que se apoiam na ideia de supremacia branca e masculina, e os estimulam a realizar os ataques. Esses grupos disseminam um discurso que valoriza o preconceito, a discriminação, o uso de força, então o que eu falei aqui deve se enquadrar no que a agência Brasil está falando aqui. E que encoraja direta e indiretamente atos agressivos e violentos. Gente, não é isso. A situação é quem que na verdade bota o bandido como vítima e bota a população que quer, vamos usar o termo se vingar, mas bota a população em geral em uma situação de vulnerabilidade. Desculpa, mas não é a direita. E não são todos da esquerda também. O problema geralmente começa quando a gente generaliza tudo. Ah, porque são todos os da direita, são todos os da esquerda. Não são. Então fica aqui essa minha observação, presidente, e como disse, no âmbito local eu reservo a fala para depois quando nós discutirmos o tema. Muito obrigado. Obrigado, vereador Belchiora. Com a palavra o vereador Ferpa. Senhor presidente, novos colegas, assistentes, funcionários da casa e Rádio 20, uma boa noite. Eu vim aqui representando hoje, não como vereador, como um jogador de bocha que representa Ibiacá. Até recebi o ofício da AMUNOR, que inclusive não recebi de Ibiassá. Esse ofício eu recebi da prefeitura de Santa Cecília do Sul, na qual o município que não participar, o outro município pode convocar os atletas do outro município para participar. Então, aqui eu só queria esclarecer que tive, na pandemia foi parado o campeonato regional Ibiacá. E nós tivemos, eu tive até três vezes, uma vez com o prefeito, duas vezes com o prefeito e o vice, e uma vez com o vice, debatendo sobre a abertura, a reabertura do campeonato regional que tinha parado Ibiassá. E por aventura o vice-prefeito me disse, temos se reunido com o pessoal da MUNOR e vai sair uma definição e nós vamos comunicar a vocês. Incrível que pareça, saiu, quem vai montar o regional de bocha, sem

consultar, sem comunicar a nós, vai ser a AMUNOR. Que hoje ela é, é presidida lá pelo prefeito de Ibiraiaras, é ele que vão organizar o regional de bocha. Não estou dizendo que nós, mas pelo menos a secretária de esporte, o prefeito e o vice tinham que ter comunicado, alguns atletas, se não quisesse comunicar a mim, podia ter comunicado para outros atletas, inclusive Ibiassá, tem na faixa de 50 atletas de bocha, que jogam bocha e praticam esse esporte. Não é só da cidade, é do interior também. Então eles podiam ter convocado uma reunião e esclarecido o porquê que não iam entrar no regional de bocha. A despesa, tudo bem, tem despesa. Então até inclusive, quem me passou foi o secretário lá de Santa Cecília, e ele até inclusive pediu para a secretária se eles iam entrar com bocha, com vôlei, com... É bocha, vôlei e futebol de salão. Diz que bocha ela não tinha interesse, só futebol de salão e vôlei. Então, eu sinto, por ser um jogador de bocha e representando os bochófilos aqui da nossa cidade, que Ibiacá foi um dos pioneiros desse esporte. Inclusive nós fomos tricampeão regional. Três anos consecutivos ficamos campeão. Então teve o Alce e o Edmar que fez parte desses grupos de bocha. Então eu fico muito sentido por deixar Ibiacá de fora de uma competição dessa, que sempre a gente estava... Temos presente, né? Inclusive eu não vou ficar de fora, porque tive o convite de Santa Cecília para ir representar o município de Santa Cecília. Mas eu fico sentido pelos meus colegas, que nós podíamos estar representando Ibiacá com esse nosso pessoal que nós temos aqui. Era isso, então, senhor presidente, muito obrigado. Obrigado, vereador Ferpa. Acho que é válido a sua reivindicação. O pessoal da bocha merece, sim, que seja incluído no calendário de esporte aqui do município. Só para fazer uma pequena correção, é coordenadora de esportes. O município não tem secretária, é só para... Com a palavra o vereador Vilmar Inácio. Obrigado, presidente. Meus cumprimentos aos colegas, aos funcionários da Câmara, à imprensa que presente, e principalmente a você que nos assiste de casa. Pegando um gancho ainda, fazendo uma correção ao comentário do nosso colega Ferpa. Aquele campeonato regional que se parou lá na época da pandemia não é o mesmo. Não se trata do mesmo campeonato. Hoje, sim, a AMUNOR está realizando um campeonato e que, por não sei os motivos, a bocha não foi escrita. Mas tinha N modalidades que também não foram escritas. Santa Cecília, por acaso, já falou que não participou de algumas. E quanto àquele torneio, a informação que eu tenho do prefeito e do vice, que o executivo se propôs a dar continuidade, sim, àquele campeonato. Porém, com pagamento de medalhas e troféus. E havia alguém que queria recursos para bancar café e almoço. E isso eu, particularmente, concordo com o executivo, que não é obrigação do município fazer isso. Nós pagamos veículos, pagamos os troféus e as medalhas a seu justíssimo. Mas pagar café e almoço também acho que é uma incoerência. É só um esclarecimento que é a informação que eu tenho do executivo. Falando também do Belchior, um assunto que o Belchior trouxe, avalizo todas as suas palavras, Belchior, mas eu vou para o lado um pouco mais técnico da situação. Para dizer que o executivo já, de Ibiacá, pensou já nisso bem antes de acontecer essas tragédias. E um exemplo disso foi a transformação da Escola Ricardo Durigon em Escola Cívico-Militar. O projeto veio para a Câmara, a gente aprovou, com alguns comentários, às vezes, desfavoráveis, mas a Escola Cívico-Militar aqui em Ibiacá tinha três pilares para ser implantada. Que era implantar nas escolas do município respeito, educação e segurança. Primeiro, respeito ao professor, respeito ao seu colega de aula, respeito aos servidores das escolas, respeito ao patrimônio das escolas. Que, como disse o Belchior, a educação no Brasil vem se deteriorando ano após ano. Então esse era um dos objetivos de se colocar lá um policial militar aposentado, para que retornasse e passasse esses valores para as crianças. Outro pilar era a educação, não a educação didática lá dos professores, mas a educação de civismo, de amor à pátria. Ensinar

os hinos, o hino nacional, o hino da independência, o hino da bandeira, o hino do município, o hino do estado do Rio Grande do Sul, os símbolos nacionais. Também ensinar o comportamento que esses alunos devem ter, a postura e uma conduta mais correta. E por último, não menos importante, a segurança das crianças, dos professores, dos servidores, e como eu disse, da escola como um todo. Visto que esses policiais poderão estar armados enquanto estão executando a sua atividade. Mas então vou falar aqui algumas medidas que já foram tomadas antes dessa tragédia Belchior, se vocês estavam presentes, fizemos uma reunião com o pessoal da Secretaria de Educação, a vereadora Silmara também estava, que a secretaria colocou o portão chaveado. Na escola Ricardo não funciona muito bem por causa das obras. Então tem uma parte do terreno ali, uma parte da obra que tem acesso livre. Mas na escola Casulo o portão é fechado, só entra e sai alguém com autorização de um servidor ou de um professor. Na escola Casulo ainda foi novamente posto em funcionamento as câmaras da escola com a compra de equipamentos. A gente desconhece os motivos, mas a administração passada retirou esses equipamentos da escola Casulo. Tão logo o prefeito assumiu, a diretora pediu e o prefeito atendeu, e hoje tem câmaras em todas as salas de aula da creche Casulo. Igualmente na escola Ricardo do Rigon, a diretora pediu, o executivo prontamente, hoje todas as escolas têm, todas as salas de aula, perdão, possuem câmeras de monitoramento onde os professores, a direção pode ver o que se passa em cada sala de aula. A pracinha do lado da creche Casulo, que foi tanto criticada que estava fechada. Houve um incidente que deixaram fechada à noite? Houve. Mas a ordem, e é o que se pratica hoje, é fechar os portões da pracinha nos horários de aula, para dar maior segurança para os alunos. Então em horário escolar, ninguém entra lá a não ser os professores e alunos. O portão da creche Casulo também é fechado. Na saída, cada criança, uma a uma, é entregue ao seu pai, ou ao responsável que os pais autorizaram a buscar a criança. E aqueles que usam do transporte municipal, todos são levados dentro do ônibus pelos professores, colocados em seus assentos e entregue aos pais nos locais pré-determinados. Também a Secretaria da Educação organizou palestras para repassar aos pais medidas preventivas. Os pais e os professores devem falar a mesma linguagem, de não agredir um colega. Às vezes de levar um corretivo em casa, pois se fez alguma coisa errada na escola. Então foram feitas palestras, mas infelizmente teve a baixa participação dos pais. E até a diretora da escola nos relatava que teve uma discussão entre dois alunos, e um por ser mais forte, evidentemente, surrou o outro. E a professora chamou os dois para conversarem, e ele mesmo falou para a professora. Eu surrei mesmo, porque a minha mãe em casa diz que se eu entrasse numa briga, ela faria descer o pau. Enfim, jogam o problema para o coitado do professor. E aí o professor que se vire a, vamos dizer, consertar essa falta de educação que recebe em casa. Também ainda a Secretaria da Educação disponibiliza um aplicativo de comunicação entre a escola e os professores. A escola, aliás, melhor, a escola e os pais. E os pais e a escola. Então se um pai quer entrar em contato com a escola, saber se seu filho está presente, quer comunicar ao professor que seu filho tem que tomar algum remédio, existe esse aplicativo, esse canal de comunicação. E isso são medidas que já foram implantadas. Aí medidas que estamos sugerindo e que o Poder Executivo pretende implantar. Contratação de empresa de vigilância especializada para atuar em escolas. Mas isso depende de licitação, depende de empresa interessada que venha trabalhar em Ibiaçá. Na escola Ricardo Durigon, como falei antes, vamos colocar tapumes ao redor da obra. Pois isso facilita o acesso, os pedreiros têm que entrar e sair, mas isso também permite que estranhos entrem. Então vamos fazer um tapume, vamos deixar uma porta lá, para que se vede a entrada de pessoas estranhas. Aumentar a altura das cercas e muros. Evidente que quem quer pular um muro, ele vai pegar

uma escada mais alta. Mas é uma medida que a gente está tentando para dificultar que essa gente faça esses atos. Colocação de porta para detectar metais. Então se um aluno quiser entrar na escola com algum metal dentro da mochila, haverá, poderá, vamos estudar a possibilidade de comprar, isso é um material caro, que o detector vai pegar esse material. Mas também temos que ter muito cuidado, como disse o Belchior, as leis são muito benevolentes com os alunos. O professor não pode revistar o aluno, o professor sequer pode encostar na mochila do aluno. Então se for verificado lá que tem algum metal ali dentro, o professor tem que gentilmente pedir para o aluno, com todo respeito, educação e delicadeza, abra sua mochila, tira tudo que tem ali para nós ver. Aí o aluno pode se negar e vem toda aquela história. Mas enfim, é uma medida que estamos pensando em implantar. Foi solicitada a Brigada Militar e eles já estão fazendo que, quando possível, estejam em frente das escolas, nas entradas e nas saídas. E também, se possível, passem pelas escolas durante o dia. Isso eles estão fazendo. A gente sabe a limitação da Brigada quanto a efetivos e quanto a gasolina. E por último, estudando uma legislação para tentar proibir a entrada de aparelhos celulares nas escolas. O Rio Grande do Sul já tem uma lei semelhante, Lei 12.884, que proíbe o uso do celular dentro das salas de aula, das salas de aula de todo o Rio Grande do Sul. Aí há uma dúvida na interpretação se esse todo o Rio Grande do Sul abrange as escolas particulares e também as municipais. Mas enfim, a lei diz que é proibido o uso do celular, não estar com o celular. É proibido usar o celular. E ainda a lei vai mais longe, determinando que os aparelhos estejam desligados durante as aulas. Então, se o aluno entrar com o aparelho, ele tem que desligar. Mas a gente sabe que, hoje em dia, o professor está muito desrespeitado. Muito, muito desrespeitado. A degradação do ensino, meu querido, e a decadência, correm a passos largos para cada vez pior. O professor hoje não pode chamar a atenção de um aluno porque pode traumatizar o aluno. O professor não pode dar um puxão de orelha num aluno, como eu acho que, acredito, a maioria aqui já levou um puxão de orelha de professor, dos pais, né? Porque vai deixar o aluno complexado. Não estamos incentivando aqui que o professor seja violento? Não. Mas simplesmente um corretivo para pôr limites naquele aluno, naquele adolescente. Olha, você pode ir daqui até ali. Passou disso aqui, tu tá agredindo alguém. Hoje não se pode reprovar um aluno. Não importa se ele ganhou ou não conhecimento, ele tem que ter o diploma. E isso, infelizmente, não para aqui na escola, no primeiro ou segundo grau. Vai pra faculdade também. Quem faz uma faculdade sabe que muitas vezes o professor faz de conta o que ensinou e o aluno finge que aprendeu. E aí termina a faculdade, tá com o diploma na mão, não sabe o que fazer, porque não sabe absolutamente nada. Então, Belchior, e pra finalizar, presidente, também concordo contigo que essas pessoas merecem um tratamento. Também acho que não sou tão duro, como você sugeriu, mas são pessoas que precisam ser afastadas, sim, da sociedade. Porque são bandidos. Não sabem conviver em sociedade. São bandidos. Alguém já viu uma dessas pessoas fazer isso lá na brigada militar? Ou ir lá na delegacia de polícia com um machadinho e tentar? Não. Alguém já viu um jovem numa boca de fumo ir lá com um machadinho e tentar pegar o traficante? Não. Por quê? Porque lá eles sabem que tem arma, sabem que alguém revida, sabem que tem segurança. Então, sim, é uma pessoa que tem que ser afastada da sociedade. Então, eram essas as medidas que a prefeitura já tinha tomado e vamos tomar. Me ligavam hoje de tarde algumas pessoas indagando se isso ia valer também para as outras escolas da rede estadual ou as particulares. Infelizmente, para a escola particular, o município não tem recursos. É proibido de botar recursos numa escola particular. Mas, sim, os pais dessas escolas, que têm alunos nessas escolas, têm e devem saber dessas escolas o que elas estão fazendo para proteger os seus filhos que estão ali. E na

escola particular, há a possibilidade do município conveniar com o Estado e, na licitação, colocar também os vigilantes na escola estadual mediante repasse do governo estadual. Então, para as outras escolas é essa a situação. Para encerrar, presidente, uma boa notícia que trago aqui do prefeito, que o senador Heinze destinou para Ibiacá R\$ 304.800,00 para a saúde. Esse dinheiro será usado para a compra de uma van com acessibilidade de cadeirantes. Então, é um equipamento pouco caro. Queremos agradecer ao senador Heinze, que disponibilizou esse recurso para Ibiacá, graças à nossa luta da bancada do PP e do prefeito, do vice-prefeito, que fomos lá, batemos a porta do senador e nos atendeu com R\$ R\$ 304.800,00. Obrigado, presidente. Obrigado, vereador Chiquinho. Só para esclarecer, não podia deixar passar, vereador, que a escola cívico-militar, ela ainda não está em prática, ela só tem o nome. Ela não tem guarda e, muito menos, é cantado o hino nacional, a não ser na semana da farroupilha. Então, ela só foi colocada o nome dela na escola e no uniforme das crianças. Me permite uma explicação? Com a palavra o vereador Alcir. Senhor presidente, colegas vereadores, nossos assistentes, o pessoal que nos assiste, nos ouve nas suas casas, o meu boa noite. Então, hoje, novamente, que nem na última sessão, eu vou falar sobre emendas parlamentares. E, em primeiro lugar, queria agradecer ao pessoal, ao ex-prefeito Claudião, ao nosso presidente Ari, ao pessoal do Partido dos Trabalhadores, que estão sempre empenhados para levar recursos para o nosso município. Daí, contar aqui, até lembrar uma história, que eu acho que todo mundo sabe um pouco. Em 2020, quando a administração assumiu, essa administração assumiu a prefeitura, o nosso senador Paim tinha colocado uma emenda no município, para a Casa da Cultura, e ia ser a Câmara de Vereadores, junto no projeto, de R\$ 250 mil. E, onde a administração achou que não ia fazer, não conseguiu, foi devolvida essa emenda ao senador. Foi procurado pelo prefeito também, para a gente tentar passar ela para outra área. Como emenda parlamentar, a gente faz para onde ela vem, ou devolve, então foi devolvido esse dinheiro ao senador. Então, a gente preocupado com isso, numa viagem que nós fizemos, e numa visita deles também, da nossa suplente, a Unicef, que estava junto com nós, a gente pediu para ele colocar uma outra emenda no nosso município. E ele disse, não, mas eu coloquei uma e devolveram, e daí nós expliquemos o motivo que foi devolvida, que era um projeto maior e não era prioridade naquele momento. Então, até por surpresa e coisa, a gente ia trocando informações com ele, principalmente com a suplente, a Cleonice. Na quinta-feira passada, não dessa semana que passou, na outra, ela ligou para nós que ela ia estar no município e ia trazer uma outra emenda para o município de Ibiacá. Nós éramos parceiros, e como foi uma surpresa, a gente se atendido, devolvemos e fomos atendidos para ele trocar. Então, o senador Paim, ele colocou R\$ 270 mil aqui para o município de Ibiacá, então nós entregamos para o prefeito isso, na quinta-feira retrasada, ofício de R\$ 270 mil no turismo, para fazer turismo. A gente tinha pedido para terminar a praça, como o prefeito passou para nós que tem recursos, provavelmente para terminar a praça, ele vai ser colocado em outro setor, onde vai ser para os camelôs e projetos de aromaria para iluminação. Então, queremos agradecer ao senador Paim também, que ele está do lado da gente e dos municípios aí, onde principalmente a suplente, a Cleonice, ela colocou para nós que ele colocou R\$ 270 mil aqui em Ibiacá e Caxias, tipo Caxias do Sul, ele colocou também R\$ 270 mil. O município é muito mais grande, então ele olha para os municípios, eu acho que a nossa bancada olha bastante para os municípios pequenos. Então, queria agradecer até, pedi para a Luana passar para os vereadores uma cópia, vocês vão receber no ATS aí, uma cópia da emenda que ele passou para o município de Ibiacá. Então, a gente está sempre preocupado também e quer que o município cresça com a ajuda da população e que a população se sinta melhor e a gente consiga resolver esses

outros problemas que a gente tem aí, que são falados em quase todas as sessões, e vamos trabalhar para isso. Era isso, senhor presidente. Obrigado. Obrigado, vereador Alce. Também queria falar um pouquinho sobre esse tema aí, que é a segurança das escolas. Nós não fomos, a bancada da oposição aqui não foi convidada para essa reunião que o prefeito fez na quinta-feira, mas eu queria lembrar ele que no dia 14, eu fiz uma indicação, número 14, em 2021, dia 6 de maio de 2021, sobre esse mesmo tema, logo que aconteceu aquele incidente numa outra cidade aqui de Santa Catarina. Então, essa indicação estava aqui, foi em maio de 2021, e de lá para cá também não foi realizado nada nesse sentido. Então, como não foi realizado nada, eu queria lembrar o prefeito que isso aí é investimento no futuro das nossas crianças. Assim como modernização do ensino, construção de novas salas de aulas, valorização dos professores, entre outras coisas que eu acho que são fundamentais. Mas, conhecendo o prefeito que nós temos, eu acho que é muito difícil que alguma coisa nesse sentido seja feita. Então, eu gostaria que os professores e os pais dos alunos formassem uma comissão, para que juntos nós pudéssemos pressionar a administração para que dessa vez, sim, seja feito, principalmente, na minha opinião, muros altos ao redor das escolas e grades. E depois, sim, pensar em um guarda em cada escola. E não podemos esquecer que nós temos a escola Adelaide Picolotto também. Também queria dizer que a Câmara de Vereadores, hoje, ela disponibiliza de mais ou menos R\$ 120 mil em caixa. E esse valor que está disponível para ser usado, é só o prefeito me apresentar um projeto aqui nesse sentido que nós repassamos o dinheiro para o Executivo. Também não podemos esperar pelo governo estadual ou federal. Nós temos condições, sim, de fazer as coisas acontecerem aqui no nosso município. E quero lembrar também alguns gastos que o governo já teve em alguns eventos nesses dois primeiros anos. Realização de dois rodeios, R\$ 100 mil. Semana Farroupilha do ano passado, R\$ 69 mil. Natal dos Sonhos nos dois primeiros anos, R\$ 330 mil. Mais R\$ 200 mil no projeto que está aqui, que vai para a próxima sessão. Também, eu sei que o Natal, a importância que tem o Natal dos Sonhos, ele já se tornou uma marca forte aqui no nosso município. Mas, dependendo desse caso, eu acho que a gente deve priorizar, sim, a segurança aqui do nosso município, das escolas do município. Que, na verdade, são o que nós temos de mais precioso, são as nossas crianças. E se no final das contas sobrar, se o município tiver condições, que o Natal seja realizado. Então, eu acho que é muito dinheiro usado de maneira errada. Quando você tem muita coisa para ser feito em habitação, saúde, e principalmente na educação aqui do nosso município. Grande expediente. Convoco a secretária da mesa. Desculpa, ordem do dia. Projeto de lei número 19 de 2023. De 6 de abril de 2023, que autoriza o Poder Executivo a realizar uma contratação temporária de servidor em caráter emergencial e excepcional e de outras providências. Relatório vereador Altemir Domingos Suzin. O vereador pode relatar sentado. Está com um probleminha de saúde aí. Muito obrigado, senhor presidente. Quero saudar os colegas vereadores e vereadoras, os funcionários da Câmara, os rádio ouvintes e quem nos acompanha pelo Face. E quero deixar meu boa noite. Quero relatar o projeto de lei número 19 de 2023. De 5 de abril de 2023. Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar-se contratação temporária de servidor em caráter emergencial e excepcional e de outras providências. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar emergencialmente o servidor por tempo determinado para atender necessidades temporárias de pessoas, de pessoal e de excepcional interesse público nos termos previstos da Carta Magna no Regime Jurídico Municipal e do Plano de Classificação e Cargos. Poderá ser contratado o servidor conforme descrição no quadro a seguir. Um cargo imediato e dois cargos reserva. O contrato terá vigência de um ano, podendo ser prorrogado por igual período por interesse da administração. Este projeto de

lei trata de contratação temporária de um servidor em caráter emergencial e excepcional. Cargo de monitor da escola. Com relação à contratação, já no ano passado passou por esta Casa projeto para autorização em processo seletivo neste mesmo cargo, que se encontra ainda em vigência. Desta forma, se aprovado o projeto, poderá ser convocado os candidatos classificados em processo seletivo anterior. Veja no presente projeto que se torna necessária a convocação e contratação, pois vem encontro e necessidades dentro da demanda da educação do nosso município. Em benefício ao atendimento do aluno da escola fundamental cívico-militar Ricardo Durigon. Não poderia ser diferente em se tratar de educação. Sempre foi prioridade a bandeira do nosso partido. E de acordo com os princípios estabelecidos em manifestos de lançamento do PDT por Leonel de Moura Brizola, propõe-se a lutar pelas realizações de vários programas através de compromissos nesta área lançados nos planos de governo à educação fundamental e à base da sociedade onde se constrói um país digno e correto. Um governo que me preza por isso e pela vida está perdido. Portanto, vou sempre ser favorável aos projetos que tratam-se das necessidades e melhorias de projetos de educação. Como me referi, é uma bandeira do nosso partido que todos tenham acesso a um ensino de qualidade. Peço aos colegas que também votem favorável. Muito obrigado, senhor presidente. Obrigado, vereador Meio. Mantenha o projeto em discussão. Não havendo mais manifestações, coloquem em votação o projeto de lei número 19 de 2023. Quem estiver de acordo permaneça como está, quem for o contrário que se manifeste. Aprovado por unanimidade. Projeto número 20 de 2023, de 6 de abril de 2023, que autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar contrato com a empresa Liberte Centro Terapêutico Especializada Limitada, visando o cumprimento de despacho judicial para internação compulsória com preito de tutela de urgência. Relator do projeto, vereador Belchior. Muito obrigado, presidente, mais uma vez. Reitero aqui a saudação feita anteriormente. O projeto em questão, este que chegou em regime de urgência e que nós votaremos agora, é para autorizar o executivo a firmar um convênio com a empresa Libertar Centro Terapêutico Especializado, em Marau, para o atendimento de uma pessoa aqui de Ibiacá, que está em situação de internação compulsória, ou seja, determinada pela justiça para tratamento contra drogas, para tratamento em razão do uso de entorpecentes. Este cidadão estava preso preventivamente e ele saiu, teve a liberdade condicional concedida pela justiça, mediante uma substituta de prisão, que ele se internasse voluntariamente para fazer o tratamento, algo que não aconteceu, ele não cumpriu com esse acordo com a justiça, então foi solicitada a internação compulsória, também chamada internação involuntária, que foi deferida pela justiça, salvo engano, na semana passada. Então, aqui também fazer um adendo à agilidade da Secretaria da Saúde aqui, que providenciou todo o trâmite de internação, tendo em vista a situação, e até resumidamente também, a gente não precisa expor muito a situação, mas resumidamente, é um indivíduo que, em virtude da abstinência da droga, apresentava muito risco, ameaçava os familiares, ameaçava a ex-esposa, então também em virtude disso, a urgência de ter esta internação compulsória, e aí então, essa ação integrada, digamos assim, da Secretaria da Saúde, Poder Judiciário, Polícia, Brigada Militar, Advogados, então foi tida esta internação. O valor de R\$4.500,00. Então aqui, feitas as duas primeiras observações. A necessidade em virtude da situação de risco, a segunda, essa atuação integrada desses profissionais que eu comentei, e uma terceira observação que eu gostaria de fazer é que aqui nós temos um exemplo prático de como o consumo de drogas, além de todo o mal que causa para a família, para o dependente, mas também do gasto que isso traz para o serviço público de saúde. Esse é um exemplo que nós estamos tendo em uma realidade aqui de cidade pequena. Então você imagina, em uma situação de cidade maior

também, quantos outros casos, se não necessariamente de internação, mas de tratamento depois pelo SUS, das consequências, do mal que traz o consumo de drogas à saúde. E infelizmente a gente ainda tem pessoas que defendem a legalização das drogas. Então fica também este exemplo aqui de como, e eu até acreditava que isso já era consenso entre todos, mas ainda tem gente que pensa o contrário, mas de como o consumo de drogas faz mal as pessoas, as suas famílias e também, porque não, ao orçamento público. Então o meu voto é favorável ao projeto, presidente, em cumprimento a esta sentença judicial e essa determinação judicial e também peço aos colegas que assim sejam, mas fica também esse ponto de reflexão quanto ao quão maléfico é o uso de drogas. Obrigado, presidente. Obrigado, vereador Belchior. Mantenha o projeto em discussão. Não havendo mais manifestações, coloque em votação o projeto. Quem estiver de acordo permaneça como está, quem for o contrário que se manifeste. Aprovado por unanimidade. Moção número 3 de 2023, de autoria da bancada do Progressistas, representada pelo vereador Vilmar Inácio Pellin. Solicita ao secretário da administração que faça a leitura da moção. Senhor presidente, a bancada do Progressistas, nesse ato representado pelo vereador Vilmar Inácio Pellin, apresenta a vossa excelência os termos do artigo 153 do regimento interno deste parlamento, a moção de apelo e de protesto a ser encaminhada ao governo do estado do Rio Grande do Sul, à Assembleia Legislativa do Estado, a FAMURS, que é a Federação das Associações do Município do Rio Grande do Sul, por motivos de agilizar a contratação de policiais militares aposentados para atuarem como monitores e colaboradores nas referidas escolas. A legislação do estado sobre a matéria, ela estipula como um dos critérios para a contratação desses monitores, policiais militares, que estejam aposentados há no máximo cinco anos, tramita ainda uma alteração, que essa idade passe para oito anos de aposentadoria. cremos que esse critério é muito objetivo, entendemos que a melhor avaliação desses policiais seria o critério da idade. O nosso apelo, então, através dessa moção, é que seja proposto a alteração deste critério de tempo de aposentadoria pela idade do policial, policial militar aposentado. Sabemos que os policiais militares, em sua grande maioria, têm um excelente preparo físico e gostam de perfeita saúde física e mental, assim sendo, sugerimos uma idade máxima para 60 ou, quiçá, 65 anos, o que aumentaria e muito a quantidade de policiais militares aptos para desempenhar a referida função. Tomamos, por exemplo, o município de Ibiaçá, onde há vários policiais militares que estão aposentados há mais de cinco anos, com idade inferior a 60 anos, em boa forma física e pelo critério de tempo de aposentadoria, não podem ser contratados. Finalizando, pedimos que a presente moção seja encaminhada ao crivo do plenário desta casa para que seja aprovada e, posteriormente, encaminhada aos destinatários propostos. Ibiaçá, 10 de abril de 2023. A bancada do Partido Progressista, Autoria da moção, representada pelo vereador Vilmar Inácio Pellin. Obrigado, secretário. Com a palavra, o vereador Chiquinho. Obrigado, senhor presidente. Então, a moção, praticamente, é autoexplicativa, porque estamos sugerindo que o governo de Estado estude a possibilidade de mudar essa regra, onde estipula que o policial militar só pode exercer a função nas escolas cívico-militares se ele tiver menos de cinco anos de aposentadoria. Isso, para nós, é um critério muito subjetivo, pois, como foi dito aqui na moção, a gente tem policiais militares, dá para se dizer jovens aptos, que têm mais de cinco anos de aposentadoria. E mesmo que se passe o projeto passando de cinco para oito anos, ainda assim, aqui em Ibiaçá, não teríamos policiais militares aptos para desempenhar essa atividade. Então, a moção é nesse sentido, para que se passe o critério pela idade. 60, 65 anos, por quê? Porque, às vezes, podemos ter um policial militar aposentado por um ano, e ele ter mais de 65 anos de idade. Então, o critério esse, pelo tempo de aposentadoria,

julgamos nós não ser o mais correto. E aproveito, já que a moção fala sobre a escola cívico-militar, Sr. Presidente, que não foi oportunizada a oportunidade de esclarecer um equívoco, que a escola cívico-militar Ricardo Durigon, ela existe, sim, acho que o senhor tem que se inteirar um pouco mais, lá na Secretaria de Educação, ela existe, ela não está só no uniforme das crianças e no letreiro da escola. Ela justamente não tem esses colaboradores, justamente pelo critério, que aqui em Ibiaçá não temos ninguém que se adequa às imposições da Lei do Estado. Então, a escola cívico-militar de Ibiaçá é uma realidade, ela existe, sim, a única coisa é que a gente não tem os monitores, porque não temos policiais aqui em Ibiaçá aptos e não temos quem venha aqui para Ibiaçá. Mas ela está regular com o Estado, cumpriu todas as exigências impostas. Só para esclarecer, como não foi oportunizado esse esclarecimento, que a escola cívico-militar está apta, sim. Sim. Obrigado, senhor presidente. Obrigado, vereador Chiquinho. Mantenha em discussão a moção. Com a palavra o vereador Belchior. Obrigado, presidente. Obrigado, presidente, mais uma vez. Gostaria de fazer algumas observações a respeito. A primeira delas era justamente esse comentário do vereador Chiquinho a respeito da existência da cívico-militar. É bem verdade, e eu preciso concordar com os dois. Primeiro com o Chiquinho, porque ela de fato existe, ela já é uma escola cívico-militar, mas também não posso discordar totalmente do presidente ao dizer que ela não está exercendo 100% a sua função como cívico-militar. Mas aí a gente esbarra justamente nessa questão da ausência do monitor. E é também por isso essa tentativa de talvez ter alguma alteração nesse sentido, porque justamente a proposta da escola cívico-militar é que se priorize os militares que estão lotados, que foram lotados no município enquanto em serviço ativo. E nós realmente não temos nenhum militar aqui que esteja na reserva remunerada, e esse é o termo correto para o policial militar aposentado, que ele esteja na reserva remunerada, há menos de cinco anos. Então nós emperramos nessa parte aí, nessa etapa de implementação integral, digamos assim, da escola cívico-militar. E aí entra a questão do próprio hino nacional. Essa é uma atividade que deve ser conduzida justamente pelo monitor, pelo militar, e como nós não temos então o monitor. Me preocupa o fato do critério de idade pelo seguinte. Existe um escalonamento na carreira do policial militar. Ele primeiro vai para a reserva remunerada, e aí ele ainda pode ser convocado para o serviço ativo, e depois ele vai para o que o âmbito militar chama de reforma. Na reforma ele não pode mais ser convocado para o serviço ativo. E aí precisaria haver uma alteração no estatuto da brigada militar para que esse militar possa então ser chamado para atuar como monitor de escola. E o estatuto justamente prevê que o praça, ou seja, o soldado, depois de soldado ele vai para sargento, até o subtenente, a partir do momento em que ele vai para a reserva remunerada, aos 56 anos ele é transferido automaticamente para a reforma. Então precisa haver essa visão também por parte do governo do estado, que é quem compete fazer uma eventual alteração no estatuto, mas de fazer essa alteração também na questão do estatuto para que abra-se esta brecha para que o militar, embora reformado, possa ser convocado para o serviço ativo. Porque se ele for para a escola, ele vai estar no serviço ativo, ele vai estar sendo convocado pelo comando para estar em serviço ativo. Tanto que ele vai estar lá fardado. Então precisa também ver essa questão. Mas, independente dessa questão técnica, como diz o Chiquinho, também concordo que precisa ser revista essa possibilidade, porque 5 anos é um período muito curto. E geralmente é aquele período em que, independente da profissão, seja ela militar ou não, a pessoa está recém descansando de uma vida de serviço. Então, muitas vezes, embora haja alguém, possa haver alguém que se enquadre nos critérios, essa pessoa também pode não ter interesse. Também tem tudo isso. Então, apoio a moção, tanto é que também sou coautor dela, mas nesse sentido também tem

que ver essa observação. Obrigado, presidente. Obrigado, vereador. Continua em discussão a moção. Não havendo mais manifestações, coloque em votação. Quem estiver de acordo permaneça como está, quem for o contrário que se manifeste. Provado por unanimidade. Solicito que seja encaminhada aos destinatários. Indicação número 02 de 2023, de autoria das bancadas do PDT e PT, representado pela vereadora Alcir Steffani. Solicita ao secretário de administração que faça a leitura da educação. As bancadas do Partido Democrático e Trabalhista, do Partido dos Trabalhadores, por seus vereadores abaixo assinados, requerem a vossa excelência, que uma vez lida, uma vez lida a presente indicação no expediente, perante esse plenário, seja encaminhada ao senhor prefeito municipal a seguinte indicação. Indicamos que seja analisado pelo chefe do Poder Executivo, a viabilidade de contratação de, no mínimo, dois vigilantes ou porteiros para atuarem junto à Escola Municipal de Ensino Fundamental Cívico-Militar, Ricardo Durigon, e na Escola Municipal de Educação Infantil, Casulo, sendo um para cada local, durante o período de desenvolvimento das atividades escolares. Recomendo ainda que se estude a possibilidade de aumentar os muros que envolvem os arredores das referidas escolas. Então, aqui tem a justificativa, pelos recentes e reiterados acontecimentos, noticiados e vinculados nas redes sociais e nas demais mídias, que ocorreram em várias instituições de ensino de diversos municípios do Brasil, através de atos de extrema violência praticado contra crianças. Tal medida é objetivo, acima de tudo, garantir maior segurança nas escolas, tanto para alunos quanto para professores e funcionários, bem como assegurar a tranquilidade aos pais, que o ambiente escolar proporciona, não apenas a educação de qualidade aos filhos, mas também em ambiente protegido. Importante ainda mencionar que a mesma indicação já restou realizada ao chefe do Poder Executivo Municipal, no ano de 2021, sob o número 14, através da autoria do vereador Marcelo Corso, com assento no Legislativo Municipal, pela bancada do Partido Democrático e Trabalhista. Razões essas que vão aqui ratificadas. Então, era essa a indicação. Sala de sessões da Câmara Municipal de Vereadores. Assino aqui todos os vereadores das bancadas do PDT e do PT. Obrigado, vereador. Obrigado, secretário. Com a palavra, o vereador Alce. Obrigado, senhor presidente. Os colegas aqui, colocar onde foi falado, a todos os colegas também, para fazer essa indicação. Então, a gente já sabe que na semana aí, o prefeito esteve reunido, já teve as notícias reunidas para tomar providência também. Então, a gente faz isso por causa do que vem acontecendo nas escolas. Então, a gente vê que, mais lá em Santa Catarina, a gente não espera fazer, porque a gente sempre, quando vai fazer uma indicação também, diz, ah, vamos fazer, não espera que aconteça um acidente para depois fazer o trabalho. Então, a gente preocupado com isso, acho todos os vereadores também, todas as famílias têm essa preocupação, preocupada com a segurança das nossas crianças. Quando elas saem lá de casa, elas chegam ali, então elas não estão seguras, elas podem estar seguras no ônibus, com cuidado também, né? Mas chega aí, essas barbaridades que acontecem. É que nem falou o vereador Belchior, que teria que fazer diferente, fazer esses caras que aparecem, soltar eles para os pais, para ver o que os pais fariam com eles, para defender seus filhos. O vereador Chiquinho também já colocou umas colocações, que já foi feita alguma coisa nas escolas, foi falado na Síndia Militar, onde foi dada uma iniciativa. Eu sempre digo que todo o prefeito que passa, ele faz a sua parte, só não consegue fazer tudo, porque se não fizesse tudo, não precisaria ter um substituto para ele no fim daquele mandato. Então, tem coisas que tem que fazer. Então, a gente estava dando umas ideias aqui, fazendo um pedido para a administração, para dar uma reforçada na ICERCA, em Roda, dar uma reformada, que está... Isso a gente sabe que precisa, ali na Casulo, na Ricardo do Durigon, que é onde compete mais o município, fazer um apelo ao

Estado também, que faça nas outras escolas também. Então, que até assinamos uma moção agora há pouco, aqui na Câmara de Vereadores, para pedir para contratar os policiais militares que já são aposentados, voltar. Mas isso como demora. Então, a sugestão seria que você contratasse um porteiro, um segurança, para ficar, ao menos no período de aula, ficar andando no colégio ali, para dar a proteção também. A gente sabe que pode, às vezes, não resolver o total, mas vai inibir o cara sem vergonha que venha fazer alguma coisa. Vê que tem gente ali, pode ter que tiver um curso, de preferência, que ele estivesse ali armado também. Então, acho que essa é a preocupação de todos os vereadores. Aqui está assinada pela bancada do PT e do PDT. Acredito que os vereadores que estão nessa casa, todos eles concordam com isso, que a segurança é muito importante para essas crianças que a gente passa, manda para a aula, criancinhas pequenas e as maiores também, que venham com mais segurança. Isso coisa os pais. Eu acho que o dinheiro que foi aplicado nisso aí, não vai ter um do município que vai dizer que foi um dinheiro mal aplicado. Então, tem que rever esse dinheiro. O nosso presidente, aqui, em uma reunião que tivemos, uma conversa, os vereadores também, não estavam todos, mas aqueles que estavam concordando também com o dinheiro que a Câmara de Vereadores sobra no ano, que está disposto a devolver para o município, para ele ser aplicado nesse projeto onde era formada a segurança dos nossos alunos na escola. Então, acho que isso é uma coisa válida. Esperamos que já foi feito, outros pedidos, mas cada vez está sendo mais perigoso até estudar. Isso é uma pena do cara ter que comentar que o cara sair não tem segurança nem para sair e estudar, que a educação acho que é a coisa mais importante na vida das pessoas. Vem pelo estudo, mas principalmente a educação, fez o Chiquinho, feita lá em casa para os pais e lá na escola para os professores e os monitores, que a gente aprovou um projeto para contratar um monitor também hoje, eu acho que rever até esse salário, porque um salário para um que faz proteção, R\$ 1.500 bruto, eu acho que é quase uma injustiça para o trabalhador que vem para proteger as crianças. Eu acho que esse pessoal que tem que convocar para serem porteiros, até não ter o sigilo militar, os militares, que a gente consiga contratar eles, que sejam remunerados para eles vir e realmente dar segurança. Então, tem umas coisas já em andamento pelo poder e mais um reforço fica dos vereadores aí. Então, acho que era isso, senhor presidente. Obrigado. Obrigado, vereador Alcir. Mantenha a indicação em discussão. Com a palavra o vereador Belchior. Mais uma vez e pela última nesta noite, obrigado presidente. Sim, e não podia deixar de me manifestar nesta hora, justamente porque lá no começo da sessão eu disse que dividiria a minha fala. Na primeira parte, expressei a minha opinião um tanto quanto revoltosa, mas não me arrependo dela, sobre o fato em si. E agora, como disse, traria mais para o âmbito local, uma fala mais técnica, vereador Chiquinho. Mais no âmbito aqui da nossa realidade, o que pode ser feito, o que já está sendo pensado. E não preciso mais chover no molhado, aquilo que o vereador Chiquinho já relatou aqui do que já foi feito, do que se estuda de fazer de agora em diante. Já foi muito bem explicado pelo vereador Chiquinho, então não tem por que eu repetir. Mas eu gostaria de fazer algumas observações. Primeiro, dizer, vereador Alcir, que no caso de um vigilante, na verdade não é nem alguém que vai ser remunerado pela prefeitura, não vai ser um servidor da prefeitura. Tem que ser uma empresa de vigilância contratada, uma empresa que tem seus servidores treinados, até porque para exercer a vigilância tem que ter o curso específico. Então precisa ser uma empresa contratada para exercer essa atividade. E realmente, vereador, a questão da escola cívico-militar, a gente resolve uma escola, a gente não precisa mais se preocupar com uma das escolas do município, porque lá já vai ter o militar, já vai estar lá, vai estar armado, vai estar pronto para, em condições de. Mas vai estar lá para defender também os alunos. E aí a

gente volta os olhares à escola municipal, e aí tem todo o caso também de como fica a escola estadual, que não é competência municipal, a escola particular, que também não é competência municipal. Mas aí também é um assunto para a gente amadurecer em uma mesa redonda, em um espaço onde a gente possa falar mais e ouvir mais do que propriamente aqui com inscrições e afins. Mas enfim, fica essa observação. E gostaria de fazer também algumas outras observações. Primeiro, nesta reunião que foi feita ali, foi convocada até bem de última hora, talvez por isso só a bancada de governo foi convocada, surgiu um questionamento, ora, mas o que adianta a gente colocar um vigilante lá na porta da escola, se de repente, por uma desgraça, um aluno também, acontece de um aluno numa dessa resolver entrar lá com uma faca, enfim. E aí a observação que eu fiz lá, e eu reitero aqui para que todos tenham acesso, primeiro porque a gente peca ao separar as coisas. Ora, eu sei e eu concordo que a gente tem que investir, e isso não é enquanto Ibiaçá, enquanto Brasil, enquanto mundo, investir na educação das pessoas para que isso não aconteça. Só que não adianta nós olharmos e focarmos somente nisso, em educar as pessoas, se até que isso acontece, vamos sonhar que talvez um dia todo mundo vai ser educado a ponto de não acontecer mais esse tipo de coisa. Mas o tempo em que a gente foca somente nisso, nós não podemos deixar a parte prática de lado e esquecer que isso pode ainda acontecer e deixar a segurança de lado. Da mesma forma, nós não podemos só olhar para a questão da segurança, de botar um vigilante lá, e esquecer da parte educacional, de formação do caráter das pessoas. Então eu acho que a gente peca muito quando a gente divide. E foi essa observação que eu fiz na reunião e reitero aqui. Nós precisamos olhar para os dois lados, ou mais do que dois se precisar. Focar na formação das pessoas, no caráter, mas também focar na questão da segurança, e aí que eu endosso também a indicação da questão da vigilância. E eu preciso só fazer um adendo aqui, talvez ele não seja diretamente relacionado ao assunto, mas um pouquinho é. Eu vi agora, durante a sessão mesmo, a professora Lelei, que inclusive exerceu aqui a vereança, convidou o soldado Gabriel, que é aqui de Ibiaçá, da Brigada Militar, salvo engano ele está em Porto Alegre. Mas convidou para ir na escola e conversar com os alunos. Eu vi que ele publicou agora, eu vi agora há pouco, não vi que horário, ele publicou. Então, parabenizar também a professora por essa iniciativa, porque tu aproxima a comunidade das forças de segurança. Muitas vezes a gente tem uma visão errada, porque a Brigada Militar autua, porque está lá estacionada onde não devia, a Brigada está anotando a placa, mas é a função dela. E a gente às vezes acaba tendo uma visão distorcida das forças de segurança. E esse tipo, inclusive, já falei aqui outras vezes, meu filho, não faça isso que o policial vai te pegar. E a gente acaba criando essa visão distorcida das forças de segurança. Então, parabenizar também a professora Lelei e ao soldado Gabriel por essa iniciativa com os alunos lá da escola cívico-militar Ricardo Durigon. Então, acho que eram essas as principais observações, presidente. E eu endosso e assino também a indicação. Obrigado. Obrigado, vereador Belchior. Mantenha em discussão a indicação. Solicito que seja encaminhada ao executivo municipal para devidas providências. A palavra está com os líderes de bancada. Vereador Alce. Vereador Edimar. Cedo ao Chiquinho vai. Com a palavra o vereador Chiquinho. Obrigado, presidente. Novamente, eu uso a palavra também, meu senhor, pela última vez, mas também para esclarecer fatos que foram distorcidos. Como você relatou antes, às vezes é repulsivo como um assunto tão sério, tão delicado seja levado para o lado da política. Quando eu escuto o senhor presidente, você falar que não foi feito nada aqui em Ibiaçá. Eu não tenho tempo, acho, para ler, porque eu demorei uns dez minutos para ler o que foi feito. Foram sete, se não me engano, foram sete medidas que adotamos. Eu não sei qual é que era a tua indicação em 2021. De cabeça não recordo, já faz tempo, mas o

município tomou sete medidas preventivas. E temos outras seis que estão sendo estudadas para serem implementadas no município. Então não é não foi feito nada. Foi feito, sim. Graças a Deus aqui não aconteceu nada. Talvez pelas medidas que já foram implementadas. E outra coisa que tem que esclarecer, sim, nós temos que esperar o governo estadual e federal. O município não pode, por acaso pode, verdadeiro Alcir, o município contratar um brigadiano? Não pode. É competência do estado contratar um brigadiano. Então nós temos que esperar, sim, as atitudes do governo do estado. O município pode contratar um policial federal? Vereador Meyer, não pode? Não é atribuição do município contratar um policial federal para atuar aqui em Ibiáçá. Então nós não podemos, o município é impedido, isso é básico. Nós como vereadores sabemos disso. Que o município não pode contratar um servidor para segurança pública. Porque segurança pública é obrigação constitucional do estado. Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, vereador. Vereador Ferpa. Também quero aproveitar aqui, antes de encerrar a sessão, só para dizer que, resumindo tudo o que nós falamos aqui hoje, eu acho que o que nós estamos, um consenso aqui é que nós precisamos, nós, os pais, os professores, a gente precisa de segurança nas escolas. E como o vereador Chiquinho falou, a gente sabe que se foi feito, foi feito muito pouco. Principalmente nessa parte de segurança da escola. E não precisa ser um guarda, um policial militar, um guarda federal, um policial federal pode ser simplesmente um vigilante, alguém com um curso, sei lá, um curso de vigilante, um porteiro, o que importa é que tenha alguém lá dentro. Então, e a gente sabe que agora está nas mãos do prefeito, aproveitar aqui para usar uma fala do governador Eduardo Leite, quando ele era candidato, em que ele sempre falava, o que é preciso é pegar e tirar a bunda da cadeira e fazer as coisas acontecerem. Para finalizar, não havendo mais nada a tratar nessa reunião, declaro encerrada a presente sessão ordinária. Agradecendo a presença de todos, informamos a todos que a próxima sessão ordinária, ela será antecipada para o dia 20 de abril de 2023. Diante da viagem à Brasília, a marcha dos vereadores, ficando os vereadores desde já convocados, solicito ainda ao secretário que informe o Poder Executivo Municipal, bem como seja publicado no mural e nas redes sociais da antecipação da sessão. Agradecemos a presença de todos que nos acompanharam nessa sessão ordinária.

Ver. Silmara Nunes
Secretario da Mesa Diretora

Ver. Marcelo Corso
Presidente da Mesa Diretora